

## CONSELHO GERAL

### Acta Número Dez

----- Aos dez dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez reuniu sob a presidência do Sr. Dr. Francisco Costa, pelas nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade da Madeira, o Conselho Geral da Universidade da Madeira, conforme convocatória efectuada a vinte e sete de Agosto de dois mil e dez. ---

----- Estiveram presentes os membros deste órgão que constam na folha de presenças em anexo, a qual, devidamente rubricada, faz parte integrante desta acta.-----

----- O Professor Doutor José Manuel Nunes Castanheira da Costa participou nesta reunião, sem direito a voto, na qualidade de Reitor da Universidade da Madeira. Esteve também presente o Sr. Professor Doutor Bernardo Vasconcelos para apoiar o Sr. Conselheiro Robin Farquhar na tradução simultânea dos assuntos tratados durante a reunião.-----

----- Nesta reunião registou-se a ausência previamente justificada dos senhores Conselheiros David Caldeira e Luísa Paolinelli.-----

----- No início da reunião registou-se ainda a ausência dos senhores Conselheiros António Brehm, José Carmo, Teresa Nascimento e Teresa Perry Vidal.-----

----- **Ponto um** da ordem de trabalhos, **Ratificação da Acta Número Nove do Conselho Geral.** O Sr. Presidente do Conselho Geral questionou os senhores conselheiros sobre a existência de alguma proposta de alteração a fazer à acta.-----

----- Nada havendo a registar, a acta número nove do Conselho Geral foi submetida à ratificação, tendo sido aprovada por maioria com zero votos contra, seis abstenções e oito votos a favor.-----

----- Após a ratificação antes referida e ao longo do ponto das Informações registou-se a presença dos senhores Conselheiros António Brehm, José Carmo, Teresa Nascimento e Teresa Perry Vidal, tendo o quórum ficado em dezoito membros efectivos.-----

----- **Ponto dois** da ordem de trabalhos, **Informações.** Neste ponto, o Sr. Presidente do Conselho Geral pediu ao Sr. Reitor para prestar ao plenário as informações que considerasse relevantes o que foi feito nos seguintes termos:-----

----- **Ponto dois ponto um** da ordem de trabalhos, **Organização Científica e Pedagógica**. O Sr. Reitor realçou a importância da reestruturação da oferta educativa, nomeadamente no que respeita ao número de áreas disciplinares por professor que neste momento se encontra na proporção aproximada de um vírgula vinte e sete professores por área disciplinar por pessoa, o que se revela preocupante e carente de reflexão. Neste sentido houve já uma sensibilização efectuada pela Reitoria junto dos Presidentes dos Centros de Competência para, em conjunto com os docentes, encontrarem uma forma mais ágil de atribuição de área disciplinar por docente. -----

----- **Ponto dois ponto dois** da ordem de trabalhos, **Instituto de Energia e Ambiente**. O Sr. Reitor informou o Conselho Geral sobre as negociações que se preparam com a Empresa de Electricidade da Madeira, a fim de se promover a criação de um Instituto de Energia e Ambiente, projecto importante para o desenvolvimento da Região. Ainda neste ponto referiu a importância da criação de uma Cátedra de Energia, a segunda Cátedra já programada e a ser financiada pelo Banco Santander Totta. -----

----- **Ponto dois ponto três** da ordem de trabalhos, **Contrato de Confiança e Plano Estratégico**. No âmbito da implementação do Plano Estratégico e de Desenvolvimento da UMa criado a partir do Contrato de Confiança, a Universidade tem sido, segundo o Sr. Reitor, bem sucedida no lançamento do ensino profissional de nível IV, cursos usualmente designados por CETs que este semestre totalizam já quatro áreas de ensino: Património Cultural, Energias Renováveis e Electricidade, Gestão Ambiental e Agricultura Biológica. Apesar de se ter registado um certo atraso no lançamento da Pós-graduação em Gestão de Energia e Sustentabilidade de Edifícios esta encontra-se agora no bom caminho. No que diz respeito ao cumprimento do Plano Estratégico e do Contrato de Confiança, acrescenta que aguarda ainda o envio de alguns dos Planos Estratégicos de cada um dos Centros de Competência e congratula-se com o primeiro passo já dado na implementação de um Plano Estratégico na Área Administrativa – Serviços Centrais. -----

----- **Ponto dois ponto quatro** da ordem de trabalhos, **Outras informações**. Neste ponto o Sr. Reitor salientou a importância da escolha da UMa por parte do MCTES para a realização da cerimónia de Abertura do Ano Académico, cerimónia esta que tem a particularidade de ser a primeira vez que se realiza com o intuito de que se torne tradição e que terá, para além da presença de todos os Reitores das Universidades Públicas Portuguesas, a presença do Sr. Primeiro Ministro e do Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior o primeiro dos quais visita pela primeira vez a nossa



Universidade. Considera que a escolha se deve ao reconhecimento pelo trabalho desenvolvido e fala sobre a agenda e a duração da cerimónia.-----

----- Ainda neste ponto, o Sr. Reitor propôs ao plenário a introdução de um novo ponto de discussão na agenda a ser abordado em **Outros Assuntos**, onde se debruçará sobre a proposta de implementação de um único Regulamento de Avaliação da Aprendizagem dos Alunos, o que foi unanimemente aceite pelo plenário. -----

----- O Sr. Presidente do Conselho Geral felicitou o Sr. Reitor e a sua equipa pelo empenho na criação de condições para o cumprimento do Contrato de Confiança assinado este ano entre a UMa e o MCTES, bem como pela escolha da Universidade da Madeira para a realização da acima referida cerimónia de Abertura do Ano Académico, facto este que se reveste de grande significado e de indiscutível prestígio para a nossa Universidade. -----

----- **Ponto três** da ordem de trabalhos, **Programa de Desenvolvimento – Administração**. A pedido do Sr. Reitor, o Sr. Presidente do Conselho Geral e o plenário autorizaram a presença da Sra. Administradora, Dra. Carla Cró, a fim de apresentar o documento em discussão. -----

----- Considerado, pela Sra. Administradora, ambicioso mas realista, o projecto macro foi apresentado, seguindo-se um período de discussão onde foram levantadas questões de ordem temporal e logística na resposta às aquisições e ainda no que respeita aos projectos de formação para o corpo não docente. Por alguns dos senhores Conselheiros foi também louvada a pertinência e a transversalidade do documento, bem como a vontade que há em envolver os serviços centrais na consecução das medidas concertadas no Plano Estratégico, tanto no ramo administrativo como em concertação com os ramos científico e pedagógico. -----

----- Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente do Conselho Geral agradeceu a presença da Sra. Administradora Dra. Carla Cró e felicitou a Reitoria pelo documento apresentado. -----

----- O documento foi votado e aprovado por maioria com zero votos contra, uma abstenção e dezassete votos a favor - **deliberação número quarenta/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto quatro** da ordem de trabalhos, **Reforma do Primeiro Ciclo e Formação Geral (proposta conjunta com a Presidente do Colégio Universitário)**. Por solicitação do Sr. Reitor e com o consentimento do plenário, o Sr. Presidente do Conselho Geral convidou a Sra. Presidente do Colégio Universitário, Professora



Doutora Rita Vasconcelos a participar na análise e discussão sobre este ponto e, em conjunto com o Sr. Reitor, explicar a reforma na generalidade e a Formação Geral na especialidade, bem como responder às questões colocadas. -----

----- Pelo Sr. Reitor foi apresentada e justificada a necessidade da Reforma do Primeiro Ciclo e Formação Geral a curto prazo, como uma peça importante para que, no quadro do processo formal de acreditação, seja possível obter resultados nos *rankings* nacional e internacional em termos que constituam uma significativa mudança. Para isso, será necessária igual exigência no processo interno de acreditação, bem como nas escolhas curriculares proporcionadas aos alunos que, com o novo sistema de créditos, têm parte activa no que, no final, constituirá o conjunto de competências adquiridas na Universidade. O Sr. Reitor afirmou ainda que o documento em discussão não visa as autonomias científicas e pedagógicas, mas antes propõe medidas gerais de política académica, considerando por isso que compete ao Conselho Geral discuti-las.-----

----- A discussão do documento em causa alongou-se por várias horas, com múltiplas intervenções de muitos senhores Conselheiros e incidiu sobre um conjunto variado de questões, incluindo intenso debate sobre a eventual necessidade de alteração de alguns pontos como, por exemplo, a questão do leque de escolhas das disciplinas de Formação Cultural, Científica, Social e Ética – FCCSE que, na sua transversalidade, oferecem uma diversidade de competências a adquirir.-----

----- No âmbito da discussão, a Sra. Conselheira Jesus Maria Sousa e os Senhores Conselheiros José Carmo e Sílvio Fernandes assumiram claras posições de discordância quanto ao processo que envolveu a criação do documento em discussão ora por não concordarem com o seu conteúdo, ora por não concordarem com o seu processo de discussão prévio, ora ainda por discordarem dos prazos deles estabelecidos.-----

----- A Sra. Conselheira Jesus Maria Sousa, nomeadamente, disse que levantava sérias reservas não só ao processo de criação e discussão do documento, como também ao seu conteúdo. Relativamente ao processo, discordava da metodologia *top-down*, dado o facto de esse documento não ter passado pelos Conselhos Científicos dos Centros de Competência, esvaziando-os das suas competências estatutárias. Discordava também do tempo disponibilizado para aquilo que deveria ser uma discussão alargada, como também dos prazos impostos aos Conselhos Científicos para a sua aprovação, e das restrições colocadas aos cursos que não seguissem o modelo apontado. E discordava totalmente do que considerava constituir uma ameaça de redução a zero vagas ou extinção dos cursos que não obtivessem a aprovação de dois terços da Comissão



f. 8.

Académica do Senado. Referiu igualmente que, ao preconizar que todos os cursos deveriam ter unidades curriculares de Educação Geral (FCCSE), o documento não estava a ter em consideração situações particulares de cursos, suportados por legislação específica, como eram os casos dos cursos profissionalizantes para a docência, que são regulamentados por um Regime Jurídico próprio. Deu o exemplo da impossibilidade de abertura do Mestrado em Ensino da Biologia e Geologia na UMa, no presente ano lectivo, apesar de haver candidatos para tal, dado que os alunos não tinham realizado, na licenciatura, o número de créditos exigidos por esse Regime, para seguirem a via de ensino, créditos esses ocupados com as FCCSE. Referiu que o mesmo problema poderia ser levantado por algumas Ordens profissionais. Salientou, no entanto, o aspecto positivo de se estar a reconhecer o que considera ser o caos em que se transformou a Educação Geral na UMa, com as cerca de 40 disciplinas a serem oferecidas aos alunos. Discordava também da filosofia subjacente a todo o documento, pela desvalorização das orientações tutoriais e dos estágios, assentando a contabilização dos ECTS numa padronização, para todos os cursos, das horas de contacto. Alertou, assim, para os riscos inerentes à aprovação do documento e afirmou que não votaria favoravelmente. -----

----- Por seu lado, o Sr. Conselheiro José Carmo manifestou o seu desacordo relativamente às regras estipuladas, a seu ver excessivas, bem como a sua preocupação para com as excepções que, por poderem ser muitas, podem acabar por transformar-se na regra (referindo, a título de mero exemplo, que de acordo com as normas estipuladas só a título de excepção poderia continuar a coordenar uma das disciplinas de primeiro ano de que é regente há muitos anos). Considerou ainda que o ponto treze não se constitui como um princípio orientador, ao contrário, por exemplo, do ponto doze. Disse perceber também algumas das outras preocupações manifestadas pelos colegas relativamente a este documento e mostrou-se preocupado com o processo de funcionamento das FCCSE. Considerou finalmente, e como questão de fundo, que toda esta reforma deve ser discutida previamente na academia, com tempo, pelo que adianta a sua posição contra o documento como ele se apresenta. -----

----- Por outro lado, o Sr. Conselheiro António Brehm disse concordar na generalidade com as posições dos senhores Conselheiros Jesus Maria Sousa e José Carmo e deu como exemplo, o facto de haver uma disciplina no Curso de Biologia para a qual não há docente para leccionar obrigando a Comissão Científica a valer-se do ECDU para a atribuir ao professor mais antigo. Contudo, considerou que, nesta matéria, levar o documento à discussão no Senado, na qualidade de órgão consultivo, significa



permitir que este interfira em matéria que é da competência das Comissões Científicas. Afirmou concordar com a escolha de uma segunda língua como o Inglês para FCCSE e salientou ainda o facto de sempre ter defendido a sua livre escolha.-----

----- A Sra. Conselheira Paula Castilho, por seu turno, levantou algumas questões relativamente ao ponto dez que se refere à distribuição do número de horas pelas disciplinas no que respeita à sua subdivisão (teóricas, práticas e de laboratório), questionando a viabilidade da tabela apresentada. Considerou que a durabilidade das aulas de carácter laboratorial (PL) não deve ser inferior a três horas nem superior a quatro horas, podendo o número total de horas ser distribuído por um número de semanas inferior a dezasseis (numero normal de semanas por semestre); defendeu que o número de horas de contacto deve diminuir ao longo do curso conforme proposto, mas referiu que no primeiro ano deverá poder ultrapassar os quarenta e sete e meio por cento indicados no documento em discussão. Apresentou uma proposta inicial de alteração deste ponto a qual acabou por retirar mediante disponibilidade do Sr. Reitor para alterar a proposta no sentido por si sustentado. Mostrou-se desfavorável relativamente à existência de três FCCSE com carácter obrigatório, defendendo a liberdade que o aluno tem de as escolher.-----

----- O Sr. Conselheiro Sílvio Fernandes manifestou a sua oposição essencialmente no que respeita aos prazos estabelecidos, nomeadamente o dia dez de Outubro para por em prática as novas disposições constantes do documento em apreciação tendo, a propósito, censurado o que considerou constituir uma ameaça de redução a zero das vagas dos cursos, ou mesmo à sua extinção, para os casos de incumprimento de tais prazos. Além disso, subscreveu as reservas formuladas pelo Sr. Conselheiro José Carmo e defendeu o acompanhamento do documento pela Comissão Académica do Senado.----

----- A Sra. Conselheira Teresa Nascimento, por seu lado, considerou o documento importante mas extemporâneo. Considerou suficiente o facto de no momento haver já cursos em análise na Agência de Acreditação Nacional devendo aguardar-se primeiro os resultados. Sugeriu inclusivamente uma discussão prévia mais alargada na Comunidade Académica. Considerou ainda que as aulas expositivas constituem para o aluno uma rotura com o que este traz do Ensino Secundário e questionou a opção pelas FCCSE sugeridas como Informática e Inglês, pois não vê, por exemplo, razão para não haver uma FCCSE de Língua Materna, afirmando mesmo que Retórica e Pensamento Crítico não a substituem. Afirmou-se preocupada com o tempo que lhe é dado para reflectir pois não gostaria de se precipitar na sua análise.-----



----- O Sr. Conselheiro Robin Farquhar teceu alguns comentários sobre o documento em questão, elogiando-o como uma proposta que construtivamente sistematiza o desenvolvimento curricular e a tomada de decisões tendo em consideração factores relevantes dentro e fora da universidade. Observou que a eventual necessidade de excepções justificáveis sob certas condições é bem sustentada na proposta de referência para a Comissão Académica do Senado e salientou que, apesar da Comissão actuar como um órgão de aconselhamento ao Reitor, este tem o poder de, se quiser, delegar na referida Comissão a sua autoridade nesta matéria (apresentando neste caso o documento ao Conselho Geral para aprovação). -----

----- Esta sua posição foi reforçada pela intervenção do Sr. Conselheiro Eduardo Jesus no sentido de considerar que o recurso à consulta à Comissão Académica do Senado deverá constituir uma situação de excepção e não uma prática comum, por forma a não por em causa o papel do Conselho Geral. -----

----- O Sr. Conselheiro Mário Cunha considerou que, apesar das objecções apresentadas, o documento apresenta um padrão coerente com o Plano Estratégico da UMA assegurando a sua viabilidade. -----

----- O Sr. Conselheiro Hélder Lopes considerou que o documento apresenta um conjunto de normas que podem introduzir algumas disfuncionalidades e que não respeita algumas das especificidades da UMA. Defendeu que, como o documento não passou por uma discussão prévia na Academia, sem prejuízo de algumas alterações que possam desde já ser feitas, apenas devia ser votado na generalidade, deixando-se a sua especificidade para ser discutida na Comissão Académica do Senado. -----

----- O Sr. Conselheiro Paquete de Oliveira realçou o facto de a UMA se estar a afirmar como líder nos processos de mudança e que, muito embora compreenda a reacção ao apertado calendário, alertava para o facto de se correr o risco de atrasar o processo em um ano lectivo com a repercussão negativa que daí poderia resultar. Considerou que o voto a favor protege o caminho para a liderança nesse processo. -----

----- Por seu turno, o Sr. Conselheiro Odílio Nóbrega disse ser de opinião que a Formação Geral, pelas limitações que apresenta, nada tinha de Educação Liberal, acabando por se tornar imposta. Afirmou ainda discordar dos sete e meio ECTS e manifesta-se contra uma votação do documento na sua generalidade, ponderando o sentido do seu voto se esta fosse efectuada ponto por ponto. -----

----- Apesar das múltiplas e diferentes posições expressas, registou-se no global uma tendência maioritária no que respeita à necessidade de implementação desta reforma para que a UMa não se atrase no processo nacional de reestruturação do ensino superior.

----- Verificou-se também entendimento tendencial quanto, por um lado, a que os pontos treze e catorze viessem a ser alvo de discussão em sede da Comissão Académica do Senado no decorrer do processo de preparação para a implementação da reforma antes do *terminus* do prazo a 31 de Outubro estipulado no documento em discussão e, por outro, quanto a diversas emendas acordadas com o Sr. Reitor e decorrentes da discussão, nos termos seguidamente explicitados a negrito: -----

----- **Ponto três. Responsabilidade e Docência** – “**2. Nível I – A componente expositiva da UC só pode ser atribuída a um docente doutorado cuja área principal seja a da UC em causa, ou que tenha já experiência de leccionação da mesma superior a três anos. (...)**”; -----

----- **3. Nível A – Qualquer das componentes só pode ser leccionada por um docente cuja área principal seja a área da UC em causa, ou que tenha já experiência de leccionação da mesma superior a três anos**”.-----

----- **Ponto cinco. Classe e Funcionamento** – Último parágrafo: “**Os limites estabelecidos em 1, 2 e 3 aplicam-se sempre que as subdivisões implicarem novas contratações ou limitarem o lançamento de novas iniciativas, nomeadamente para cumprimento do Contrato de Confiança.**”-----

----- **Ponto dez. Nível, Classe e Cargas Horárias** – “**...a seguinte tabela será observada na distribuição das horas por componente lectiva, em função do nível.**” -----

----- Nesta tabela os valores foram alterados e reajustados para múltiplos de dezasseis.-----

----- **Ponto treze. Nível e Distribuição no Plano** – Esta regra fica sujeita a regulamentação da Comissão Académica do Senado.-----

----- **Ponto catorze. Tipo e Distribuição no Plano** – Esta regra fica sujeita a regulamentação da Comissão Académica do Senado.-----

----- **Ponto quinze. FCCE** – “**...do modelo genérico, devendo, neste caso, conter a descrição da organização subjacente**”.-----

----- **Ponto dezasseis. FCCE – Geral** – “**1. O número de UC de FCCSE é reduzido de 5 para 3, cada uma com 7,5 créditos ECTS;**” -----

----- **Ponto dezassete. FCCSE 1** – “**1. Nos cursos da classe A, esta UC é obrigatoriamente de Inglês (ou outra a propor pela Presidente do Colégio)...**” -----





----- “ 2. Nos cursos da classe B, esta UC é obrigatoriamente de Informática (ou outra a propor pela Presidente do Colégio) ...; -----

----- **Ponto dezoito. FCCSE 2** – “Estas UC funcionam no 2º ano curricular e:...” -----

----- **Ponto dezanove. FCCSE 3** – “A terceira UC de FCCSE funciona no 3º ano...” -----

----- Tendo-se registado devidamente as alterações emanadas da discussão do documento, a Sra. Professora Doutora Rita Vasconcelos retirou-se e o Sr. Presidente do Conselho Geral deu início ao processo de votação. -----

----- Em período prévio a esta votação registou-se a ausência das senhoras Conselheiras Bárbara Vieira e Magda Ascensão. -----

----- O documento, com as emendas antes referidas e com aceitação de submissão dos pontos treze e catorze à apreciação e regulamentação da Comissão Académica do Senado, foi submetido a votação e aprovado por maioria com dois votos contra, duas abstenções e doze votos a favor - **deliberação número quarenta e um/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- Solicitou então a palavra o Sr. Conselheiro Hélder Lopes para apresentar a seguinte declaração de voto: “ Os processos democráticos têm uma dupla função, 1- levar a um debate que permite não só procurar as melhores soluções mas, em simultâneo, comprometer a opinião da maioria e das possíveis oposições que não souberam impor as suas, exigindo-se, deste modo, mais facilmente, o seu empenhamento; 2- não expor excessivamente o líder, salvaguardando, desta forma, a sua capacidade para implementar as estratégias decididas. É neste sentido que defendemos que esta proposta deveria ter passado em primeiro lugar pelos órgãos próprios da Academia. -----

----- Uma discussão aprofundada em sede de Comissão Académica de Senado, tal como propusemos e foi decidido, poderá ainda suprir alguns destes inconvenientes. ----- Percebemos no entanto que nos foram impostos prazos e que a estratégia da Universidade tem sido cumpri-los, pelo que votamos favoravelmente. -----

----- Salientamos porém que apesar das alterações introduzidas, que vão, pensamos, permitir uma maior flexibilidade, continuamos com algumas reservas em relação a algumas das normas, pois consideramos que poderão introduzir disfuncionalidades no sistema.” -----

----- **Ponto cinco** da ordem de trabalhos, **Sistema Interno de Garantia de Qualidade – Documento de Enquadramento**. O Sr. Presidente do Conselho Geral, a pedido do Sr. Reitor convidou o Sr. Vice-Reitor Professor Doutor Miguel Xavier a

participar na reunião, expondo sucintamente o documento em discussão. Questionado sobre o âmbito das intervenções no terreno e sobre os recursos exigidos, o Sr. Vice-Reitor esclareceu as dúvidas colocadas pelos senhores conselheiros, sustentando que a UMa tem os recursos humanos necessários, bem como que a responsabilidade social e as questões de âmbito energético foram contempladas.-----

----- O documento foi submetido a votação e aprovado por unanimidade - **deliberação número quarenta e dois/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto seis** da ordem de trabalhos, **Observatório de Emprego – Regulamento, Criação e Constituição**. O Sr. Presidente do Conselho Geral solicitou ao Sr. Reitor a apresentação do documento que, por sua vez, salientou o compromisso assumido neste âmbito, já desde a elaboração dos estatutos da UMa, constituindo um forte elo de ligação com a sociedade civil. -----

----- Na medida em que a pertinência da criação de um Observatório de Emprego reuniu consenso, foi esta submetida a votação e aprovada por unanimidade – **deliberação número quarenta e três/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- Em seguida, o Sr. Presidente colocou à discussão o projecto de Regulamento do Observatório de Emprego tendo sido propostas as seguintes alterações ao projecto de documento que reuniram o consenso dos senhores conselheiros: -----

----- **Artigo terceiro, Objectivos:** introdução de um ponto c. com a seguinte redacção: “*Com os mesmos objectivos o OE-UMa deverá estabelecer uma relação de proximidade com outras entidades internacionais, nacionais, regionais e locais*”.-----

----- **Artigo oitavo, Competências:** na redacção do parágrafo introdutório foi acrescentada a seguinte frase “...no plano de actividades a apresentar”; na redacção do ponto c. foi retirada a expressão “com as recomendações sobre o encerramento e modificação de cursos”. -----

----- **Artigo nono, Funcionamento:** na redacção do parágrafo introdutório foi acrescentada a seguinte frase “...plano de actividades e o...”, tendo sido retirados os restantes parágrafos e sendo o sétimo reposicionado no ponto c. do Artigo terceiro acima referido. -----

----- **Artigo décimo terceiro, Omissões:** foi acrescentada a frase “...ouvido o Presidente do Conselho Geral”. -----

----- Por outro lado, foi também proposta, pelo Sr. Conselheiro Sílvio Fernandes, uma alteração referente à introdução de um novo ponto c. no artigo sexto nos seguintes termos:-----



----- **Artigo sexto, Composição:** c. *“Um representante dos Presidentes dos Centros de Competência”*;-----

----- Tendo o Sr. Presidente verificado que esta alteração não suscitava entendimento unânime do conselho, decidiu colocar à votação com o seguinte resultado: oito votos contra, zero abstenções e oito votos a favor, tendo sido aprovada, no desempate, pelo voto de qualidade do Sr. Presidente do Conselho Geral.-----

----- Seguidamente, foi por consenso decidido adoptar um novo ponto g. para o **Artigo Sexto, Composição**, com a seguinte redacção: *“O Conselho integrará ainda seis individualidades externas a convite do Reitor e que sejam representativas, em particular, dos parceiros sociais, das entidades públicas e do mundo empresarial.”*; retirando-se os anteriores pontos e., f., g., h., i., e j. . -----

----- Em consequência destas emendas foi por consenso adoptada uma nova redacção para o artigo sétimo, designação dos membros, conforme segue: -----

----- **Artigo Sétimo, Designação dos Membros:** dada nova redacção, conforme segue: ” 1. Os membros do OE-UMa referidos nas alíneas b., c., e. e f. do artigo anterior são designados por despacho do Reitor, sob proposta das entidades que representam. -----

----- 2. Os membros do OE-UMa referidos na alínea g. são convidados pelo Reitor e por ele directamente designados por despacho.” -----

----- O Regulamento do Observatório de Emprego foi votado e aprovado por unanimidade com todas as alterações introduzidas – **deliberação número quarenta e quatro/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto sete** da ordem de trabalhos, **Conselho Cultural – Regulamento, Criação e Constituição.** O Sr. Presidente do Conselho Geral solicitou ao Sr. Reitor a apresentação do presente ponto. O Sr. Reitor explicou aos senhores conselheiros que dado o adiantado da hora e a importância dos pontos de agenda ainda em discussão, se propunha retirar a proposta de regulamento, criação e constituição do Conselho Cultural. A proposta foi aceite por unanimidade. -----

----- **Ponto oito** da ordem de trabalhos, **Comissão de Ética – Regulamento, Criação e Constituição.** Neste ponto e após o Sr. Presidente ter solicitado ao Sr. Reitor a sua apresentação, este explicou que não tinha havido tempo suficiente para elaborar o documento referente a este ponto de agenda, pelo que se propunha fazê-lo em posterior reunião. Não obstante esta informação, a Sra. Conselheira Helena Jardim alertou para sua importância tendo demonstrado desejo de discutir o documento na próxima reunião.



----- **Ponto nove** da ordem de trabalhos, **Acreditação Prévia de Convidados**. Para a apresentação e discussão deste documento, o Sr. Reitor solicitou autorização ao Sr. Presidente do Conselho Geral para ter a presença do Sr. Vice-Reitor Professor Doutor Gonçalo Gouveia, o que foi aceite, tendo-se seguido a respectiva apresentação e análise.

----- Louvado pela transparência que proporciona e pela mais-valia em que se constitui, o documento foi votado e aprovado por unanimidade – **deliberação número quarenta e cinco/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto dez** da ordem de trabalhos, **Orçamento para dois mil e onze**. Igualmente neste ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente do órgão solicitou ao Sr. Reitor a apresentação do documento em discussão, que mais uma vez solicitou a presença do Sr. Vice-Reitor Professor Doutor Miguel Xavier e da Sra. Administradora Dra. Carla Cró, pedido este que obteve a concordância do Sr. Presidente. A presença de ambos ajudou a esclarecer algumas questões que, por ausência de disponibilidade de verba atribuída pelo Orçamento de Estado, não foi além de uma ou outra preocupação demonstrada, nomeadamente no que concerne à contratação de pessoal não docente e à abertura de concursos como, por exemplo, para Professor Coordenador de acordo com a alínea c) do ponto um do artigo oitavo do Decreto-Lei número duzentos e sete/dois mil e nove tendo o Sr. Reitor manifestado sensibilidade para esta questão e disponibilidade para considerá-la na apresentação do próximo orçamento. -----

----- Por parte do Sr. Vice-Reitor Professor Doutor Miguel Xavier foi manifestada a preocupação pelo défice já acumulado, formulando o desejo de não o ver agravado. -----

----- Dada a particularidade da situação e a importância da celeridade do processo aquando da notificação pelo MCTES da verba atribuída pelo Orçamento de Estado à UMA, foi o Sr. Reitor mandatado para preparar o documento de distribuição orçamental, fazê-lo ser apreciado pela Comissão do Conselho Geral para os Assuntos Financeiros e apresentá-lo para aprovação pelo Presidente do Conselho Geral, após o que deverá ser submetido à próxima reunião do Conselho Geral para efeitos de ratificação - **deliberação número quarenta e seis/Conselho Geral/Universidade da Madeira** -----

----- **Ponto onze** da ordem de trabalhos, **Projectos**. Neste ponto foi o Sr. Reitor igualmente convidado pelo Sr. Presidente do Conselho Geral a apresentar os diversos projectos e o estado das negociações de cada um, de acordo com a figura expressa nos Estatutos da UMA e que abaixo se distribuem nos seguintes pontos: -----

----- **Ponto onze ponto um – Observatório de Turismo**. Neste ponto, dada a pertinência e a importância da criação do Observatório de Turismo, acentuada por



intervenção do Sr. Conselheiro Paquete de Oliveira, esta foi discutida e votada com aprovação por unanimidade, ficando para posterior reunião a discussão do respectivo Regulamento - **deliberação número quarenta e sete/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- **Ponto onze ponto dois – Medicina** – Foi prestada informação de que se iria continuar a desenvolver negociações com a Faculdade de Medicina de Lisboa, no quadro do acordo de colaboração que tem vindo a ser observado;-----

----- **Ponto onze ponto três – Laboratório de Genética Humana** – Foi referido que este Laboratório, já existente na UMa, será regularizado à luz desta nova figura de projecto;-----

----- **Ponto onze ponto quatro – Germobanco** – Idêntico procedimento se aplicará ao Germobanco;-----

----- **Ponto onze ponto cinco – Higiene e Segurança no Trabalho** – Constitui um novo projecto com a componente de formação;-----

----- **Ponto onze ponto seis – Desastres Naturais (Geologia)** – Constitui um novo projecto com a componente de formação;-----

----- **Ponto onze ponto sete – Mestrado de Turismo** – A desenvolver à luz desta figura em colaboração com Universidades Britânicas com quem já foram efectuados alguns contactos mas que carecem ainda de aprovação das direcções das Universidades envolvidas;-----

----- **Ponto onze ponto oito – Centro de Desenvolvimento** – Designado na sua plenitude como Centro de Desenvolvimento Académico, encontra-se previsto no Plano Estratégico da UMa e visa acompanhar o desenvolvimento do corpo docente. Será igualmente gerido à luz da figura de projecto.-----

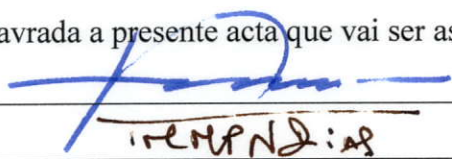
----- **Ponto doze da ordem de trabalhos, Outros Assuntos.** O Sr. Presidente do Conselho Geral pediu ao Sr. Reitor para expor ao plenário a questão que abordara no ponto dois ponto quatro da agenda de trabalhos, relativa à proposta da implementação de um único Regulamento de Avaliação da Aprendizagem dos Alunos da UMa. Tendo o Sr. Reitor informado que é sua intenção uniformizar o sistema de avaliação a fim de dar aos alunos maior segurança, esta orientação foi aceite por unanimidade - **deliberação número quarenta e oito/Conselho Geral/Universidade da Madeira**-----

----- O Sr. Presidente do Conselho Geral, perguntou aos senhores conselheiros se era por eles dado à mesa um voto de confiança para elaboração da acta, produzindo esta,

Q.

efeitos imediatos e devendo ser ratificada na próxima reunião do Conselho Geral, voto este que mereceu a concordância unânime dos presentes.-----

----- E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, dela tendo sido lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente e por mim que secretariei.---

  
\_\_\_\_\_  
iremyndias  
\_\_\_\_\_: